

RESENHA

Cláudio A. B. Marra*

CARSON, D. A. **A intolerância da tolerância**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 176 p.

... enquanto querem que as outras religiões se restrinjam à esfera privada, os secularistas insistem que têm o direito de controlar a esfera pública porque estão certos – completamente inconscientes de que estão tentando impor sua cosmovisão sobre os outros que dela discordam (p. 123).

D. A. Carson é um desses pensadores cristãos com *wi-fi* embutido. Ele vive atento à época e em quem mais estiver, o que fica bem claro em seus textos densos e engajados, com raízes profundas na Escritura e com ramos bem cheios de folhas viçosas que respiram o ar de seus dias. *A Intolerância da Tolerância* não é exceção.

Como ele explica no Prefácio, nos últimos dez anos Carson tem proferido palestras abertas ao público em universidades e o tema *A Intolerância da Tolerância* sempre atraiu e engajou em debate mais pessoas do que qualquer outro. Daí a ideia do livro. Carson acredita que “as dificuldades acerca desse assunto estão corroendo o cristianismo ocidental e o tecido da cultura ocidental” (p. 10). Havendo tangenciado o assunto em obra anterior, decidiu aprofundá-lo agora nesta.

Carson inicia reconhecendo a dificuldade sugerida pela aparente incoerência do tema e pelo fato da *tolerância* ser parte da “estrutura de plausibilidade” do Ocidente, expressão que o sociólogo Peter Berger, citado por ele, emprega “para se referir às estruturas de pensamento aceitas por uma cultura específica de forma geral e quase inquestionável”. Questionar a tolerância é tido como “culturalmente insensível, de mau gosto e grosseiro”, mas Carson aceita expor

* O Rev. Cláudio Marra é editor da Casa Editora Presbiteriana e professor do Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, em São Paulo.

a nudez do rei por constatar que há hoje um novo entendimento do que seja tolerância, algo socialmente perigoso e “intelectualmente debilitante” (p. 11-12).

Desenvolvendo e defendendo essa tese, o autor apresenta o resultado de sua pesquisa sobre a mudança de significado do termo. De “aceitação da existência de perspectivas diferentes” tolerância passou a significar “aceitação de perspectivas diferentes” (p. 13). A nova tolerância, então, sugere que na prática não há opiniões contrárias. Muito complicado, mas a situação se agrava pelo fato de ambas as acepções serem empregadas muitas vezes uma ao lado da outra sem explicação atrelada. O efeito desse emprego caótico é satisfatoriamente exemplificado em seguida, para sublinhar a importância de sabermos a respeito de qual tolerância – a antiga ou a nova – estamos falando. E Carson quer enfatizar mais, por isso segue explorando “mais completamente a diferença entre a antiga e a nova tolerância” (p. 16).

A partir da frase (equivocadamente?) atribuída a Voltaire, “Não concordo com uma só palavra do que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo”, Carson aponta três premissas em que a antiga tolerância se baseia (p. 16):

(1) Existe uma verdade objetiva e é nosso dever buscá-la; (2) as distintas partes de uma controvérsia julgam conhecer a verdade da questão, embora discordem uma da outra, cada parte pensando que a outra está errada; (3) no entanto, elas acreditam que a maior chance de descobrir a verdade da questão, ou a maior chance de persuadir a maioria das pessoas com razão e não coibição é por meio da desobstruída exposição de ideias, não importando quão distorcidas algumas dessas ideias pareçam.

Viva o questionamento! A verdade triunfará. Na visão secularista e utilitarista de John Stuart Mill, citado no livro, “as pessoas deveriam ser tolerantes na esfera da religião, não por ser esse o melhor modo de descobrir a verdade, mas precisamente porque, qualquer que seja a verdade, não há meios suficientes para descobri-la” (p. 17). Vale lembrar que nem por isso Mill tolhia a apresentação de qualquer versão da verdade. O que ele propunha era “o agnosticismo público e a tolerância benevolente particular”. Ilustrando essa proposta agnóstica, Carson conta uma tão deliciosa quanto furada parábola escrita por Gotthold Ephraim Lessing cuja lição é: “Não há nada de errado em acreditar que sua religião monoteísta seja a melhor, contanto que você viva de acordo com uma conduta moral e deixe que os outros pensem que a religião deles é a melhor” (p. 18). Na parábola, porém, fica claro que existe uma verdade, apenas não podemos conhecê-la. Não é o que propõe a definição atual de tolerância, conforme constata o autor.

Carson mostra a seguir inconsistências na parábola de Lessing, e adota o mesmo procedimento em relação a um diálogo de 800 d.C. citado por Philip Jenkins. Carson vê a história “infestada de problemas conceituais”, mas

reconhece suas pressuposições racionalistas e seculares e o fato de ela também admitir a existência da verdade. Final das histórias e conclusão: para a antiga tolerância, ou “a verdade é objetiva e *pode ser conhecida*” e “a melhor forma de revelá-la é a tolerância daqueles que discordam” ou “embora a verdade *possa ser conhecida em algumas esferas...* o curso mais sábio e menos malevolente... é a tolerância” (p. 21, meu grifo). Carson pontua corretamente não ser isso o que propõe a dogmática e intolerante definição atual de tolerância, que declara peremptoriamente a inexistência de uma perspectiva exclusivamente verdadeira e que afirma de modo absoluto e taxativo ser o questionamento dos postulados pós-modernos revelação de dogmatismo e intolerável intolerância.

A definição da nova tolerância é que todas as crenças, todos os valores, todos os estilos de vida e todas as percepções de afirmações sobre a verdade dos indivíduos são iguais (...) Não há hierarquia da verdade. Suas crenças e minhas crenças são iguais e qualquer verdade é relativa.

Diante de afirmação tão absoluta e abrangente, Carson pergunta se isso “inclui o nazismo, o stalinismo e o sacrifício infantil – ou as respectivas posições do Ku Klux Klan e de muitos outros grupos de supremacia racial”. Permanece, porém, o fato de nenhum dogmatismo ser hoje permitido na cultura ocidental, porque não se trata de rejeitar uma ou outra ideia, mas de rejeitar a própria rejeição (p. 22). Segundo a antiga tolerância alguém poderia ser *acusado* de comunista, nazista ou defensor de outra ideia inaceitável. Hoje o inaceitável é (segundo a nova definição) o intolerante, qualquer que seja a sua ideologia, o que trava o debate ideológico.

Carson inicia o capítulo 2 (O que está acontecendo?) com a denúncia da “intolerância dos intrometidos ... fundamentada ... na própria tolerância deles – o que Herbert Marcuse chama de ‘tolerância repressiva’” (p. 29). O capítulo prossegue com evidências do quanto “essa tolerância intolerante está direcionada ao cristianismo” (p. 29). Isso é demonstrado à sociedade com eloquentes exemplos nas áreas da educação, da mídia e da identidade sexual. É patente a incoerência que assumiu o controle da sociedade ocidental em que, por isso, se acata e pratica “uma crítica ridicularizadora que não se envolve com as perspectivas de nenhuma parte em particular, mas simplesmente as descarta e tenta eliminá-las do discurso, *sob a alegação de que são intolerantes*” (p. 49, grifo do autor).

No capítulo 3 (Anotações sobre a história da tolerância), Carson demonstra que “toda cultura e toda era necessariamente mostra certa tolerância e certa intolerância” (p. 53). É impossível ser tolerante com tudo. A cultura que tolera o genocídio nazista não tolera ciganos, homossexuais, judeus, etc. Chamar algo de verdade implica taxar o oposto de erro, mas qual é a base? As avaliações que se seguem “ilustram que, ao longo do tempo, o melhor pensa-

mento a respeito do assunto, ainda que diverso, mostra uma conexão notável entre o entendimento de uma pessoa acerca da tolerância e o entendimento... acerca da ‘lei natural’” (p. 54), sendo lei natural “uma visão de ordem moral baseada na natureza humana e nos efeitos dessa natureza na razão” (p. 55). Sem essa mais abrangente visão moral de mundo e atrelando-se de modo absoluto à liberdade individual, a tolerância se torna monstruosa e desastrosa para a própria cultura que a adota, porque “o declínio de um império é caracterizado pelo desejo crescente de controlar tudo e [pela] consequente diminuição da tolerância” (p. 56).

O próprio cristianismo, lembra Carson, passou da tolerância (nos séculos iniciais, enquanto não era tolerado) para a intolerância (quando se tornou majoritário e detentor do poder). Chegamos à ideia medieval, segundo a qual “certo grau de intolerância banhado por coerção era necessário para defender a verdade” (p. 62) e a Reforma não trouxe outra perspectiva, embora o verdadeiro motivo de muito derramamento de sangue possa ter sido o nacionalismo e a ambição pessoal, nem sempre a teologia. A recusa de grupos minoritários em ser esmagados, porém, foi fazendo crescer o clamor pela tolerância, pelo menos provisória, enquanto uma utópica, mas ainda sonhada unificação não era conseguida.

Outras bases foram sendo propostas, acenando já para a liberdade de expressão e para o pluralismo, bases assentadas por argumentos de pensadores cristãos e de secularistas, estes crescentemente ancorados no dualismo cartesiano, com inconsistências que Carson aponta com lucidez. Em um resumo do desenvolvimento do debate sobre tolerância nos últimos séculos, Carson destaca que “tolerância e a intolerância foram trabalhadas dentro do contexto de um sistema de pensamento maior”, não se vendo virtude na tolerância ou na intolerância em si. Agora, porém, nestes tempos pós-modernos, a tolerância excede todas as virtudes.

Após um capítulo com o propósito de evidenciar a enormidade da mudança no conceito passado de tolerância, Carson passa no seguinte (4 – Pior do que incoerência) a mostrar que a nova tolerância se torna “ainda mais perigosa” (p. 81). O caso é que a nova tolerância alega não admitir laços éticos, morais ou religiosos, mas tenta introduzir na cultura “estruturas sólidas de pensamento e sua imposição sobre aqueles que delas discordam, ao mesmo tempo insistindo que os outros é que são intolerantes” (p. 84). Se isso não fosse tantas vezes bem trágico seria até cômico. Ridículo certamente é. Os que se julgam tão moralmente superiores acabam radicalizando muito mais, tentando impor seus pontos de vista, o que poderiam com certeza fazer sem, porém, afirmar de modo incoerente a neutralidade e superioridade de suas posições.

A troca do antigo conceito de tolerância pelo novo traz uma crise em várias frentes (capítulo 5, A Igreja e as afirmações cristãs sobre a verdade), porque a neutralidade ética agora proposta é de fato impossível. Enquanto não se

reconhece isso, porém, sacrificam-se os princípios e dificultam-se as escolhas, especialmente na área da religião, porque “o cerne da questão é a verdade” (p. 102) e a verdade não é para ser apenas “respeitada”, mas crida, abraçada. Um mito contemporâneo sugere que isso conduz à tirania e que a tolerância resulta do relativismo quanto à concepção de verdade, mas o contrário é que se verifica. “A tolerância deriva não do relativismo, mas exatamente daquilo que a nossa sociedade anatematiza – a crença nos absolutos” (p. 104). Carson não apresenta essa tese de modo infundado. Estudos e pesquisas apresentados a corroboram de modo bem sólido e a tirania do relativismo é também evidenciada, porque mesmo no âmbito religioso e em referência a temas estritamente religiosos será preciso negar a existência da verdade, sob pena de a mídia secular absolutista anatematizar os divergentes. O desafio para o cristão é não ceder à pressão e não substituir a beleza do evangelho pelo que a intolerante tolerância atual chama de belo.

Carson sugere e analisa a seguir, com sua costumeira e deliciosa perspicácia, como os cristãos sustentarão “verdades que não podem ser sacrificadas no altar da grande deusa do relativismo” (p. 114) e encerra o capítulo defendendo que tal procedimento não nos fará intolerantes no sentido antigo da palavra. Para ser tolerante no sentido atual só se abandonarmos Cristo, a verdade. Carson demonstra isso nas “reflexões conclusivas” do capítulo, em um trecho inspirador que merece uma resenha em separado.

Em um capítulo mais curto (6 – E ainda há o mal), Carson mostra “como a reflexão sobre uma variedade de questões morais lança um pouco mais de luz a respeito de questões da tolerância e intolerância”. Ou seja, a alegada superioridade moral da nova tolerância não se sustenta porque se não há verdade absoluta também não existe mal absoluto e o discernimento moral se desestrutura. A perspectiva é sombria, porque em nossa sociedade não apenas os valores são minimizados, mas não se pode sequer debatê-los, “pois tudo foi decidido sob a rubrica controladora da nova tolerância”. Uma cultura assim, sustenta o autor, “está fadada a pagar um preço altíssimo a longo prazo” (p. 139).

No capítulo 7 (Tolerância, democracia e majoritarismo), para investigar os desafios gerados pela tolerância, Carson passa a discorrer sobre o Estado, uma conexão inevitável. Exemplos seguidos mostram o Estado americano refém da sanha secularista da nova tolerância, com evidências até de disposição para se reescrever a própria história nacional e para agir contra a Constituição com o propósito de calar oponentes cristãos. Querem privatizar a religião, o que é absolutamente impossível, sustenta Carson, que rejeita em seguida a substituição de valores pelas decisões do Estado e desnuda o potencial de a própria democracia tornar-se tirana, o que pode ocorrer quando adotado “o pensamento de que os sistemas e as estruturas da democracia são neutros e independentes de qualquer lealdade maior” (p. 158). Isso conduz à conclusão de que a vida em democracia não protege o cristão dos efeitos das alterações

no entendimento do que seja tolerância e do que signifique intolerância, mudanças que vieram para ficar.

Com a pergunta “Então o que acontecerá daqui em diante?” Carson encerra e nos convida para o capítulo final (8), onde apresenta dez sugestões como “alternativas para o futuro”. São elas: (1) expor a decadência moral e epistemológica da nova tolerância; (2) preservar um lugar para a verdade; (3) expor a arrogância condescendente da nova tolerância; (4) insistir que a nova tolerância não é “progresso”; (5) distinguir entre a diversidade empírica e a bondade inerente de toda diversidade; (6) desafiar a neutralidade e superioridade ostensiva do secularismo; (7) praticar e promover a civilidade; (8) evangelizar; (9) estar preparado para sofrer, e, numa proposta bem coerente com a Escritura e com a Reforma do século 16, Carson finaliza: (10) agradecer-se do Senhor e confiar nele, pois apenas desse modo poderemos enfrentar os sofrimentos que a nova e intolerante tolerância poderá nos infligir, alinhando-nos com cristãos em outras partes do mundo e compartilhando “um pouco da alegria dos apóstolos (At 5.41)”.

D. A. Carson acredita no engajamento cultural e marca presença de modo exemplar na praça pública, mas não se engana: “O nosso socorro está em o nome do SENHOR, criador do céu e da terra” (Sl 124.8).